

As boas notícias vindas do Exterior

No sombrio panorama da política econômica nacional, projetaram-se ontem várias notícias, procedentes do Exterior, que trouxeram grande alívio para o Brasil e revelaram, ao mesmo tempo, que para além de nossas fronteiras prevalecem o senso de realidade e o espírito de boa vontade. Com isso, maiores se tornam as responsabilidades de nosso governo, a quem cabe aproveitar e corresponder à disposição favorável dos credores estrangeiros.

São quatro as notícias que merecem realce: a anuência do Clube de Paris em reiniciar negociações com o Brasil independentemente do acordo *stand by* com o FMI; o adiamento, por seis meses, pelo governo dos Estados Unidos, de qualquer gesto de represália, contra nosso país, por motivo da política de informática; o reinício de empréstimos de bancos estrangeiros ao País; e a eleição do francês Michel Camdessus para o cargo de diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional.

Após a reunião anual do FMI/Banco Mundial, que se realizou em Washington no fim de setembro, expressamos nossa confiança no bom encaminhamento do problema da renegociação da dívida externa. O diretor-gerente do FMI, sr. Jacques de Larosière, havia manifestado publicamente seu apoio ao Brasil e obtido de nosso governo a promessa de que o Plano Cruzado sofreria profunda reforma. Temos certeza de que o diretor-gerente do organismo internacional obteve, sobre a futura evolução da política econômica brasileira, informes e esclarecimentos que virão à luz nestes próximos meses e que o tranquilizaram, embora a fantasia da política econômica nacional tenha antes assustado todos os economistas do FMI. Mas o que permitiu obter o decisivo apoio da instituição foi, sem dúvida, a compreensão de que não se poderia deixar o Brasil ser acometido de asfixia cambial, que acarretaria, em pouco tempo, problemas insolúveis.

O relatório "simpático" do FMI estava criando condições para o reatamento das conversações entre nosso governo e o Clube de Paris e os bancos credores. Convém assinalar que, contrariamente ao que dizem alguns em nosso meio, o tratamento dispensado ao Brasil não constitui exceção, e que, na véspera, a Nigéria havia obtido igual favor, isto é, assentimento para renegociar sua dívida, com o Clube de Paris, sem antes haver assinado um acordo formal com o FMI. Este fato é digno de nota porque deixa entrever que os governos dos países industrializados que integram o Clube de Paris estão conscientes de que devem mostrar-se mais flexíveis em seu relacionamento com os países devedores.

De qualquer modo, cabe salientar que, anteontem, o Clube de Paris decidiu apenas reiniciar os entendimentos com o Brasil, suspensos há dois anos, e que a assinatura do esperado acordo dependerá de negociação a ser encetada no começo do próximo ano. A renegociação com o Clube de Paris é vital para o Brasil. Antes de tudo, permitiria ao País emergir da situação extremamente desconfortável em que se encontra por estar com pagamentos atrasados junto aos países que compõem o Clube, e que montam a cerca de nove bilhões de dólares. A possibilidade de renegociar essa dívida, que vem sendo amortizada muito fracadamente (à razão de uns 180 milhões de dólares por ano), proporcionaria considerável alívio ao balanço de pagamentos do País, sobretudo porque abriria talvez o caminho para se conseguir até a capitalização de parte dos juros devidos. Mas, além disso, o reatamento das conversações franquearia o acesso aos financiamentos das agências oficiais (como Eximbank), cujas taxas são inferiores às dos bancos comerciais. Essa perspectiva é bastante vantajosa para o Brasil, que necessita de investimentos que só podem ser financiados a longo prazo. Não será demasiado lembrar que o sucesso da renegociação dependerá, entretanto, dos passos que dará, nestas próximas semanas, a política econômica de nosso governo.

A renegociação da dívida externa é um processo que se faz por etapas: a primeira foi vencida graças ao relatório do FMI, a segunda, por haver o Clube de Paris assentido em entabular conversações. Agora, pode-se cogitar de passar à terceira, que é a renegociação com os bancos privados. Esta renegociação tem como objetivo um acordo plurianual, que permitiria ao País traçar um programa de longo prazo para a condução da política cambial e também assegurar a redução dos *spreads*, de modo a restringir as remessas para o Exterior, além de garantir a obtenção de novos recursos destinados a financiar investimentos. Bastante favorável foi o passo que acabaram de dar os bancos estrangeiros, que se dispuseram a avalizar uma operação, embora modesta (no valor de 150 milhões de dólares), referente à colocação de CDBs do Banco do Brasil no mercado internacional. Outras operações, relativas à captação de novos recursos, deverão seguir-se, rompendo com uma inércia que remonta à época do colapso dos países endividados.

A terceira notícia importante para o Brasil é a da designação do sr. Michel Camdessus para o posto de diretor-gerente do FMI. O governador do "Banque de France"

é, sem dúvida, um amigo do Brasil, e tivemos oportunidade de o conhecer ao tempo em que, como diretor do Tesouro do governo francês, era secretário-geral do Clube de Paris. Desempenhou ele agora, indiretamente, relevante papel no sentido do assentimento deste organismo ao reinício das conversações com o Brasil. Sua sensibilidade para os problemas dos países em desenvolvimento permitiu-lhe, sem dúvida, vencer a árdua batalha em torno da sucessão do sr. Jacques de Larosière, pois, com a abstenção dos Estados Unidos e do Japão, e com a divisão do bloco europeu, os votos dos países do Terceiro Mundo foram decisivos para sua eleição. A posição rigidamente ortodoxa de um candidato holandês levou o governo de Washington a abster-se e a favorecer a escolha de um candidato mais liberal. E este um fato que não deve passar despercebido.

Aliás, esse gesto do governo dos Estados Unidos acaba de ser corroborado pelo outro, relativo à postergação, por seis meses, de uma decisão que teria sido um pesado golpe contra o comércio internacional do Brasil, e que veio demonstrar ao governo de Brasília que em Washington não se tomam decisões precipitadas. Os Estados Unidos querem apenas observar qual será a reação do Congresso brasileiro ao examinar o projeto de lei referente ao *software*.

Tais fatos mostram claramente como estavam errados os políticos patricios ao pleitear uma posição forte contra os credores, oposta à solução negociada que os srs. Dilson Funaro e Fernão Bracher tiveram o bom senso de defender. Mostram também que, no Exterior, o Brasil encontra boa vontade no sentido de se chegar a uma solução eficiente e realista (sem exigências que arrastariam à miséria os países endividados) do angustiante problema do endividamento.

Não podemos ficar insensíveis a esses dados positivos. Mas devemos também atentar para o fato de que esse crédito de confiança outorgado pela comunidade financeira internacional exige de nossa parte uma contribuição: seguir uma política econômica sensata e eficiente. Austeridade não implica miséria. Quando os Estados Unidos, no dia 5 de julho de 1947, lançaram o Plano Marshall, para reerguer a Europa dos escombros deixados pela guerra, sabiam que podiam contar com a seriedade dos países que iam receber sua ajuda. Os países endividados ainda não oferecem tal segurança. Compete a nosso governo mostrar que o Brasil pode abrir um novo caminho rumo à solução do problema da dívida externa.